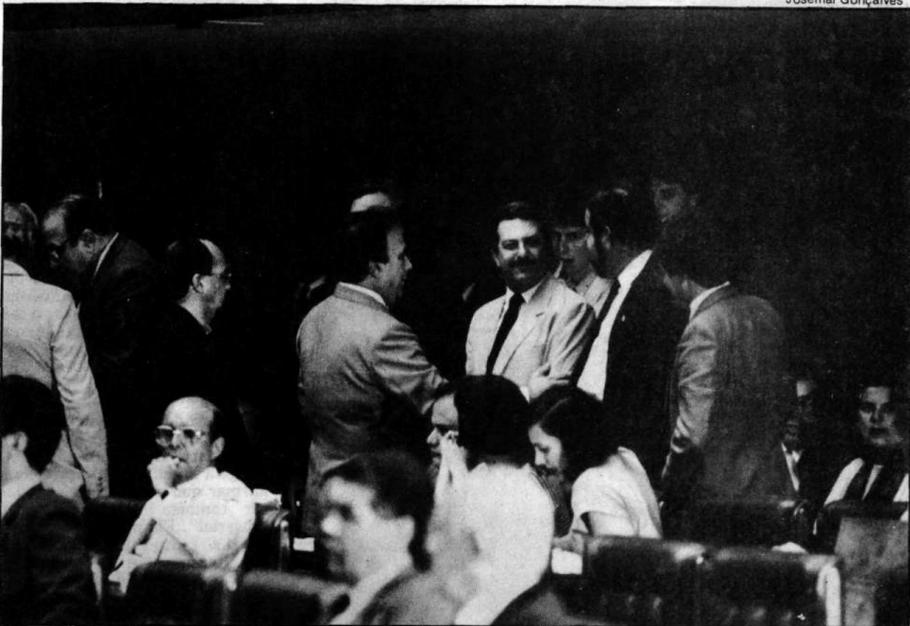


# “A democracia não pode ser tratada a pontapés”



Delegado deixa o plenário acompanhado pelo ex-ministro Fernando Lyra

## Militares mantêm poder sobre a ordem interna

Por 64 votos contra 20, a Comissão de Sistematização rejeitou ontem emenda do deputado José Genóino (PT-SP), que tentava modificar a definição do papel das Forças Armadas contida no segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). O texto de Cabral, diz que as Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem.

A emenda de Genóino tentava mudar exatamente esta última frase, determinando que «por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional». De acordo com Genóino, este era o texto do primeiro substitutivo de Cabral, que por pressões do Exército o teria modificado.

## O estado de sítio é mantido

O plenário da Comissão de Sistematização preservou, em votação realizada pela manhã, o texto do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) que trata do estado de defesa e do estado de sítio. Várias emendas foram apresentadas para suprimir ou modificar o texto, mas foram rejeitadas por larga margem de votos.

A primeira emenda rejeitada foi a do deputado Haroldo Lima (PC do B-BA). Ela suprimia integralmente o artigo 152 do substitutivo que trata da decretação do estado de defesa. Haroldo Lima alegou que o estado de defesa era tão discriminatório quanto uma emenda de 1979, que introduziu na atual Constituição o estado de emergência e as medidas de emergência. A argumentação não convenceu os constituintes e a emenda foi rejeitada por 47 votos contra 22.

Em seguida o deputado Vilson

## PM continua “força auxiliar”

A Comissão de Sistematização manteve, à noite, as polícias militares como “forças auxiliares” do Exército e também retirou da Polícia Civil o exercício da polícia preventiva, ficando restrita somente à atividade judiciária e apuração das infrações penais. Destaque de autoria do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que visava suprimir a expressão “forças auxiliares”, foi prejudicado, não conseguindo obter os 47 votos, ou seja, o quorum mínimo para apreciação de matéria constitucional.

A manutenção das polícias militares como força auxiliar do Exército é um dos principais fundamentos defendidos pelo Estado-Maior das Forças Armadas. O comentário foi do deputado Otomar Pinto (PTB-RR), que da tribuna defendeu a manutenção do texto do relator. “É um absurdo pensar nesta retirada, pois significa que, se o Brasil se envolver em uma guerra, apenas o Exército seria responsável, ficando as PMs desobrigadas deste serviço de proteção da lei e da ordem”.

Um acordo prévio de lideranças

## Texto aprovado ontem

Art. 152 — O Presidente da República poderá decretar, por solicitação do Primeiro-Ministro e ouvido o Conselho de Defesa Nacional, o Estado de Defesa, submetendo-o ao Congresso Nacional, quando for necessário preservar, ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções.

§ 8º — Não aprovado pelo Congresso, cessar imediatamente o Estado de Defesa.

Art. 162 — A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pu-

blica e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I — Polícia Federal  
II — Polícias Civis  
III — Polícias militares e corpo de bombeiros militares

§ 2º — As Polícias Civis, dirigidas por Delegados de Polícia de carreira, cabe o exercício da polícia judiciária e a apuração das infrações penais.

§ 3º — As Polícias Militares, forças auxiliares e reserva do Exército, cabe exercer policiamento ostensivo e assegurar a manutenção da ordem pública; subordinam-se, juntamente com os corpos de bombeiros militares e as polícias civis, ao Governo dos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 5º — Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção das instalações e dos serviços municipais.

## Arinos atende líder e Tuma deixa plenário

Durante a sessão de ontem da Comissão de Sistematização, o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), solicitou, em uma questão de ordem, ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), a retirada do plenário do diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, que conversava animadamente numa das últimas fileiras do plenário com o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE).

Brandão, além de reclamar da presença de Tuma, chamou-o de lobista, uma vez que ontem a Sistematização votava exatamente o capítulo referente à segurança pública, que inclui temas de interesse das polícias Federal, Militar e Civil. O líder do PDT salientou que a presença de Tuma no plenário feria o regimento interno da Constituinte.

Afonso Arinos, atendendo à solicitação de Brandão Monteiro, pediu a Tuma que se retirasse. O deputado Fernando Lyra acompanhou-o ao cafézinho, localizado nos fundos do plenário. Ali, em conversa com os jornalistas, sempre cercado por policiais federais que portavam crachás, Romeu Tuma negou ser lobista e argumentou que somente desceu ao plenário quando foi chamado por amigos parlamentares. Até então, assistia à sessão no local destinado às autoridades.

## Indicação do porta-voz é imprevisível

A data de escolha do porta voz da Presidência da República é absolutamente imprevisível. Sarney não tem pressa em apontar o nome do substituto do jornalista Frota Neto, mas pode anunciá-lo a qualquer momento. Enquanto o Presidente estuda os nomes que estão sendo apresentados, a lista dos candidatos engorda. Até agora, desde o dia em que foi anunciada a saída de Frota Neto, dez jornalistas já foram citados. E ontem, em Belo Horizonte, Sarney confidenciou ao ministro da Habitação, Prisco Viana, que ainda não estava “preocupado com o problema”.

O perfil do futuro porta-voz já está traçado: ele deve ser um jornalista de Brasília e não oferecer nenhum ponto de atrito com a equipe de comunicação social do Governo. Além disso, deve merecer a confiança absoluta do Presidente. Neste perfil enquadraram-se dezenas de jornalistas de Brasília uma vez que Sarney cultivou, ao longo de seus mandatos no Senado, uma larga convivência com os repórteres da área política. E há ainda os que chegaram há pouco tempo, mas já contam com a confiança do Presidente da República.

O primeiro nome citado para substituir Frota Neto foi o do jornalista Getúlio Bittencourt, titular da Secaf (Secretaria Especial de Comunicação da Administração Federal). Ele foi descartado antontem pelo chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Pessoal  
“A escolha é absolutamente pessoal, sem influência de partidos”, disse o deputado Sarney Filho (PFL-MA).

Em alguns casos, o escolhido pode não aceitar o cargo em função do salário — pouco mais de 40 mil cruzados. Muito menos do que paga a maioria dos jornais. Esse salário provocou uma observação bem-humorada do ministro José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio: “Com isso, só se for um porta-voz gago”.

A pesar do salário e do desgaste que o cargo oferece, a lista conta, além de Bittencourt, com os seguintes nomes veiculados pela imprensa: Flávio de Almeida Salles, Vilela Magalhães, Pedro Rogério, Carlos Henrique Santos, Ana Amélia Lemos, Flamarion Mossri, Silvestre Gorgulho e Ronan Soares. Foi citado inclusive o nome do secretário de Comunicação do Paraná, Flávio Campana, porque almoçou no Palácio.

Belo Horizonte — O presidente Sarney advertiu ontem, que “a democracia não pode ser tratada a pontapés”, depois de citar Otávio Mangabeira, num discurso que proferiu em Belo Horizonte e que foi ouvido por mais de três mil pessoas reunidas no ginásio do Minas Tênis Clube. Sarney repetiu que “a democracia é uma planta tenra, que precisa ser regada sempre, que deve ser tratada com carinho, paciência e perseverança, porque custa a crescer e necessita de grandes cuidados”.

A comparação do presidente veio logo após uma manifestação do governador Newton Cardoso, do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, e de um líder comunitário em defesa do presidencialismo e do mandato de cinco anos para o atual período presidencial. O presidente da República advertiu que tem sido “conciliador”, lembrando que “o maior legado de Tancredo Neves, foi a conciliação”, e afirmou que seria, para ele, muito simples agir motivado por “uma explosão de paixão”.

“É fácil dar um murro na mesa. Mais difícil é ter o sentimento de equilíbrio e a virtude da paciência. Sem uma coisa ou outra, nós não teríamos a transição política” — afirmou o presidente.

Ele se entusiasmou com a defesa do presidencialismo feita por Cardoso, e acabou interpretando-a como uma “posição de Minas”. Disse que a tradição de equilíbrio de Minas Gerais “foi restaurada” com o discurso do governador, e que a palavra de Minas

“nunca cai no vazio”. “Suas palavras são de grande importância no momento que estamos vivendo e, nos momentos de gravidade, é sempre preciso que Minas fale” — acrescentou o presidente da República.

Sarney aproveitou para fazer um elogio ao seu comportamento, dizendo que, na presidência, tem “a tolerância de conviver no meio da turbulência da transição como o mais democrata e paciente de todos os brasileiros”. Ele não identificou os provocadores da “turbulência”, mas deixou claro, pelos elogios que fez ao discurso de Newton Cardoso, que se dirigia aos defensores do parlamentarismo. Minutos antes de falar, Sarney aplaudiu entusiasmadamente, quando o governador de Minas afirmou que “o importante, neste momento, não é discutir teorias de governo” e condenou os parlamentaristas.

“Aqueles que buscam promover o caos para dele tirar proveito pessoal e político, afirmou Cardoso, dirigindo-se aos parlamentaristas, acrescentando que a eles faltam “grandeza e despreendimento”. Para o governador, os parlamentaristas não entenderam que “a Nação deve estar acima dos interesses pessoais ou partidários, dos projetos de um homem ou de grupos”. Falando diretamente da República, Cardoso atacou: “Os que atiram pedras contra o governo são os mesmos que desfrutaram do autoritarismo durante 20 anos”. Além de Sarney, ouviram a afirmação os ministros Prisco Viana e João Alves, ex-arenistas.

Numa referência às poucas manifestações de hostilidade que viveu ontem ao lado do presidente da República, Cardoso disse que “a popularidade de um governo jamais representou um atestado confiável de sua competência”. Aos seus argumentos juntou-se o aposentado Jader Feitosa, presidente das Associações Comunitárias de Contagem, que em discurso defendeu o presidencialismo e o mandato de cinco anos para Sarney. “Nós estamos firmes ao seu lado, senhor Presidente; dando todo o apoio e incentivo ao presidencialismo e aos cinco anos para o seu mandato”.

Toda a festa organizada pelo governador Newton Cardoso para o presidencialismo condenava o parlamentarismo. “O povo quer eleições diretas e repudia novas fórmulas de eleições indiretas”, afirmou o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira. Para ele, Sarney vencerá no plenário da Constituinte, porque senadores e deputados não votarão contra a vontade popular que, conforme acredita, é pelo presidencialismo e pelo mandato de cinco anos.

O governador Newton Cardoso, após os discursos conversou com o presidente da República durante mais de 25 minutos, numa sala fechada do Palácio da Liberdade. O porta-voz demissionário da presidência, Frota Neto, garantiu que só Sarney e Cardoso poderão informar o que ficou decidido nesse encontro, pois “eles ficaram a sós e quem disser o contrário estará mentindo”.

## Presidente prevê mandato de 5 anos

Belo Horizonte — O presidente José Sarney afirmou pela primeira vez sua confiança de que a Constituinte não reduzirá o seu mandato para quatro anos e sem poupar críticas ao PMDB e a todos os setores da sociedade que estão combatendo a sua administração, enfatizou que está enfrentando, todos os dias, tentativas de desestabilização do Governo.

“Eu não tive um dia de tranquilidade política. Todo dia é um dia de tentativa de instabilidade e desestabilização do Governo”, ressaltou, em entrevista coletiva no aeroporto, antes de embarcar para Brasília.

Para Sarney, a tendência da Constituinte é no sentido de não reduzir o seu mandato para quatro anos. Contudo, o presidente está preocupado com as pressões vindas de políticos que pretendem negociar a redução de seu mandato. Não entender dos assessores do presidente, a eleição no próximo ano é prejudicial ao PMDB já que a situação político-econômica do

Pais não é boa. Além disso, enfatiza, a Constituinte dificilmente concluirá seus trabalhos no final deste ano.

Ao revelar sua expectativa de que a Constituinte aprovará o mandato de cinco anos, coincidindo com os resultados das pesquisas disponíveis no Palácio do Planalto, o presidente Sarney explicou os motivos que o levam a trabalhar com essa confiança.

“O interesse do Brasil é realmente que nós tenhamos um ano de 88 em que se possa fazer a legislação complementar da Assembleia Nacional Constituinte, em que se possa dar ao País uma tranquilidade política de tal natureza que os partidos possam se ordenar”.

Quanto aos trabalhos da Constituinte, Sarney disse que a Assembleia tem o poder — sob o ponto de vista legal — de estar acima dos outros poderes. Acrescentou que, como em outros países que já passaram por uma fase constituinte, este é um período de grandes

modificações e discussões. Mais uma vez, afirmou esperar que a Constituinte escolha a melhor solução para o Brasil. Na entrevista, Sarney disse que quando posicionou-se sobre o seu mandato, o País passava por um momento em que era preciso delinear “seguramente, inteiramente e internacionalmente” o mandato do Presidente. Na sua opinião, o País não pode ficar à mercê de ter um Presidente e as instituições sem estabilidade.

O Presidente afirmou que tem conversado com todos os setores da sociedade, mas que, no entanto, tem sido combatido por todos. E frisou:

“Não há uma área no País que não tenha combatido esse Governo. O que é uma coisa nêdita, o que mostra que nós estamos no caminho do interesse global, do País e não do interesse de determinados segmentos.”

O noticiário sobre a viagem de Sarney está na página 9

## A ESTABILIDADE NECESSÁRIA

— Se a Nova República não tivesse a apresentar à história tantas e tão importantes conquistas políticas, econômicas e sociais, bastaria que se registrasse o fato de que foi nesse tempo que o nosso povo recuperou o sentido de sua própria dignidade, de sua independência, de sua liberdade.

— Mas a Nova República, como todas as demais criações humanas, é uma realidade histórica sujeita a mudanças, a correções de rumo, a inclinações no sentido que melhor corresponder às aspirações do povo.

— É preciso que a Nação entenda que não estamos buscando instituições políticas perfeitas, mas respostas viáveis, para os problemas concretos do País. Os problemas de hoje e os desafios de amanhã.

— É justo que uma sociedade se inspire na utopia, mas é extremamente perigoso que ela a confunda com a realidade.

— É áspere a missão de liderar um País, particularmente em momentos críticos, como estes que estamos vivendo, e a Nação reconhece, Senhor Presidente, a dimensão do desafio que Vossa Excelência está enfrentando.

— É essencial que o povo brasileiro compreenda, que o mais importante neste momento, não é discutir teorias de Governo, e sim criar o mínimo de estabilidade política para que o Governo possa cumprir o seu papel, num campo minado pela crise econômica e social.

— Não é o Presidente que precisa de tranquilidade para governar. É o País que já não suporta mais a ação perniciosos daqueles que buscam promover o caos para dele tirar proveito pessoal ou político.

— Apontar os equívocos de um homem público é muito fácil, admitir as suas virtudes, sobretudo quando se está na oposição, é algo que exige grandeza e despreendimento. E grandeza e despreendimento, são virtudes que estão faltando aos adversários do Governo de Vossa Excelência.

— Todos aqueles que detêm qualquer parcela de responsabilidade política neste País, são chamados agora, a fazer um exame de consciência sobre o seu desempenho, uma reflexão sobre o papel que têm assumido, uma autocrítica honesta e sincera de suas idéias.

— Nenhum cidadão brasileiro precisa abrir mão de seus princípios e de suas idéias para que se forme uma corrente de esperança e de trabalho em torno da Presidência.

— A esperança é a matriz da paciência. E a paciência é a virtude maior de quem deseja realizar uma obra política durável que nos adianta construir um edifício sobre bases instáveis e frágeis, se amanhã ele desabar, ao primeiro confronto com a realidade?

— Minas não está propondo à Nação qualquer tipo de pacto ou acordo, que represente o ocultamento de problemas, e o adiamento de soluções. Mas aceitamos que é nosso dever perante a própria história, lembrar aos brasileiros que a Nação deve estar acima dos interesses pessoais ou partidários, das polémicas passageiras, dos projetos ambiciosos de um homem ou de um grupo.

— Aqueles que hoje se aproveitam das liberdades democráticas para lançar pedras contra o Governo são os mesmos que, por mais de vinte anos, desfrutaram das benesses do autoritarismo.

— A democracia para essas pessoas e esses grupos que a Nação conhece tão bem, não passa de um instrumento que usam enquanto lhes é útil, para ser abandonado no exato momento em que puderem silenciá-la de novo a voz do povo, e os anseios da Nação.

— A história não julga os homens públicos com o passionalismo do presente, seu julgamento se faz num clima de serenidade, de equilíbrio e de isenção. E, quando tal julgamento se fizer, a história dirá que o Governo de Vossa Excelência foi pautado exatamente pela serenidade, equilíbrio e isenção.

— São inegáveis os avanços políticos, econômicos e sociais que conquistamos neste curto período em que Vossa Excelência liderou os destinos do País.

— Dirão os críticos profissionais que ainda existe muito por fazer, mas esta é uma verdade que Vossa Excelência jamais negou, enquanto vai perseguindo, com obstinação, os objetivos fixados pelo seu Governo.

— Nenhum de nós correu risco, fez sacrifícios e lutou durante décadas, na construção da democracia, pensando em silenciar os adversários. Ao contrário, orgulhamo-nos de saber que eles podem produzir, a cada dia, os seus ataques mais impiedosos, num clima de perfeita liberdade.

— O primeiro dever de um homem público é a humildade, a consciência de suas limitações, a aceitação de sua natureza vulnerável e falível.

— Mas um verdadeiro homem público deve também ser capaz de superar os seus próprios limites, sempre que a Nação lhe pede um pouco mais.

— A popularidade de um Governo jamais representou um atestado confiável de sua competência, por outro lado, a coragem de aceitar a impopularidade pode ser a marca definitiva de grandeza de um estadista.

— O Brasil exige de nós, a cada instante e sobretudo nestes tempos difíceis, demonstrações inequívocas de grandeza.

— Somos uma grande Nação, que vive grandes problemas, mas que tem assegurado um destino grandioso.

— Se não estivésemos à altura dos desafios do nosso tempo, a história nos julgará por nossas omissões, assim como também saberá registrar os méritos daqueles que tiveram a coragem de enfrentar a adversidade e olhar no olho do furacão.

— Não basta a coragem de admitir a fragilidade das nossas instituições. É preciso ter a humildade de aceitá-las, conviver com elas, torná-las eficazes, até que possamos construir um novo País, e uma nova sociedade.

— Os partidos políticos brasileiros — e entre eles incluo o nosso glorioso PMDB — ainda são construções artificiais que não penetram inteiramente na alma e no espírito do povo, única fonte real de legitimidade.

— Admitir esse dado da realidade não é, de modo algum, humilhante para o político. Humilhação seria, isto sim, aceitar o artifício como se fosse reflexo autêntico do real.

— Aqueles que julgam poder transformar um País apenas votando uma lei nova, são vítimas de uma armadilha fatal. Substituem a realidade pelo artifício.

— Leis — e mesmo uma nova Constituição — são uma espécie de pacto entre os diversos segmentos da sociedade. Através delas, um País procura assegurar que a luta pelo poder, em todos os níveis, se desenvolva de modo pacífico e civilizado. Mas as leis não criam a realidade e nem a transformam, se o povo não aceitá-las.

— Pensar que as leis e as constituições podem transformar um País, num passe de mágica, ou tentar iludir o povo com tal fantasia, é uma atitude de ingenuidade ou de má-fé.

— Nosso povo é muito mais sábio, do que imaginam certos grupos políticos, que jamais o compreendem, pelo simples motivo de que o temem.

— Sr. Presidente, Minas Gerais vos acolhe e a sua esposa, nesta tarde. Estamos alegres com sua presença. Muito obrigado.

Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, Doutor Newton Cardoso, por ocasião da visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor José Sarney, a Minas Gerais.